

O trabalhador por conta própria: empreendedorismo e autoemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG¹

Maria de Fátima Pereira Rossi²

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar as características e trajetórias dos trabalhadores por conta própria da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esses trabalhadores constituem um grupo heterogêneo em suas atividades, tendo em comum o fato de atuarem, em sua maioria, na informalidade. A metodologia utilizada no estudo teve caráter qualitativo, com a utilização de dados primários, por meio de entrevistas, e secundários com o uso da base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Os principais resultados apontam mudanças no perfil desses trabalhadores, como a elevação da idade, escolaridade e renda, mas também a manutenção das desigualdades de gênero. Concluiu-se que os trabalhadores por conta própria buscam se posicionar no mercado como empreendedores, tentando corresponder à percepção que têm de si mesmos como tais, mesmo diante de grandes obstáculos.

Palavras-chave: Trabalhador por conta própria. Empreendedorismo. Autoemprego.

Abstract: The paper aimed at analyzing the main features and paths of self-employed professionals in the metropolitan area of Belo Horizonte. Such workers comprise a heterogeneous group sharing in common the fact that most of these workers operate in the informal economy. The methodology used in the study was qualitative and primary data were raised through interviews, whereas secondary data were obtained in the National Household Sample Survey (PNAD/IBGE) database. The main results suggest changes in the profile of these workers, such as the increase in age, schooling, and income, but they also point to the extension of gender inequality. It was concluded that self-employed workers attempt to position themselves in the market as entrepreneurs, trying to match their self-perception as such, even in the face of major obstacles.

Keywords: Self-employed professionals. Entrepreneurship. Self-employment.

¹ Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Fundo de Incentivo à Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (FIP/PUC Minas), realizada entre agosto de 2016 e julho de 2017.

² Doutora em Ciências Sociais, professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: mariarossi@pucminas.br

Introdução

O mercado de trabalho no Brasil se desenvolveu de modo desigual e o assalariamento formal não chegou a se consolidar como o modelo preponderante de relação de trabalho em todas as regiões, mesmo em seus melhores momentos. Grande parte da população economicamente ativa (PEA) brasileira trabalha em atividades não reguladas, seja como assalariado sem carteira, seja como trabalhador por conta própria, dois grupos que constituem o grande contingente de trabalhadores informais do País.

Como modo de inserção no mercado de trabalho, a informalidade é caracterizada pela responsabilidade do próprio trabalhador em prover os meios para o seu sustento, uma vez que ele não apresenta vínculo legal a um empregador. A ausência desse vínculo significa, também, ausência de proteção do estado, o que caracteriza uma “desfiliação”, de acordo com o conceito definido por Castel (2008). Conforme as categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o trabalhador por conta própria é um tipo de empreendedor sem empregado, uma vez que ele conta apenas consigo mesmo e pode ter ajuda somente de um sócio e de empregados não remunerados. Eles são trabalhadores que atuam nas mais variadas atividades de comércio e serviço, inseridos no mercado tanto em ocupações de maior qualificação, como a de profissional liberal, quanto naquelas de baixa qualificação, como a de ambulante.

Ao longo da primeira década de 2000 ocorreu o aumento da oferta de emprego formal em todo o Brasil e os empregados com carteira chegaram a representar 50,6% da população ocupada em 2010, conforme dados do Censo (IBGE, 2010). A informalidade do trabalho diminuiu entre os empregados sem carteira, mas não entre os trabalhadores por conta própria. No Brasil, são mais de 20 milhões de trabalhadores por conta própria, 21,4% da população ocupada, sendo que mais de oito milhões estão na região Sudeste. (PNAD, 2015). Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) esse grupo registrou crescimento nos últimos anos, chegando a 546 mil em 2015.

Apesar de constituir um fenômeno de grande relevância, ainda são poucos os estudos sobre os trabalhadores por conta própria. No intuito de contribuir com algum conhecimento sobre esse grupo, o artigo tem como objetivo geral analisar as

características e trajetórias desses trabalhadores na RMBH, em especial nas cidades de Belo Horizonte, Contagem e Betim. Foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo com a utilização de dados primários, por meio de entrevistas, e secundários com o uso da base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Como objetivos específicos, buscou-se a) identificar os perfis predominantes dos trabalhadores por conta própria e as principais alterações ocorridas entre os anos de 2002 e 2014; b) analisar as trajetórias dos trabalhadores quanto aos seus modos de inserção e experiências no mercado de trabalho; c) identificar e analisar as percepções e perspectivas dos trabalhadores quanto à sua situação no mercado de trabalho. Foram realizadas 25 entrevistas com trabalhadores por conta própria nas cidades de Belo Horizonte (14), Contagem (7) e Betim (4), sendo 13 homens e 12 mulheres.

O artigo é composto por quatro partes, incluindo esta introdução. A seção seguinte traz uma breve discussão dos principais conceitos e temas sobre empreendedorismo, informalidade e autoemprego. A terceira seção traz os principais resultados da pesquisa e, por fim, na última seção são apresentadas as conclusões do trabalho.

As formas do trabalho em transformação

Como uma categoria dinâmica do mundo social, o trabalho sofreu modificações ao longo do tempo, tanto em suas formas quanto em seus significados. Observa-se um longo caminho desde a época em que as atividades diversas compreendidas como trabalho não desfrutavam qualquer *status*, passando pela configuração do assalariamento da era industrial e da produção em massa até a crise do emprego da sociedade contemporânea.

Com a expansão das empresas e a concentração de trabalhadores nas áreas urbanas, a nova economia em ascensão proporcionou, também, a formação de um mercado de trabalho de grandes dimensões. Ainda que o assalariamento tenha passado a ser a forma predominante de trabalho, ele não se desenvolveu do mesmo modo em todas as regiões industrializadas. Com isso, os mercados de trabalho mostraram-se mais homogêneos à medida que o emprego formal se expandia ou mais heterogêneos nos contextos em que a informalidade se mostrava

mais forte. Nos países de capitalismo desenvolvido essas formas significaram resquícios da sociedade salarial, enquanto em outros países constituíram a regra, sendo responsáveis por parte relevante da dinâmica dos seus mercados. Nesses contextos, os mercados de trabalho se desenvolveram de forma desigual e heterogênea, marcados por um grande número de trabalhadores atuando na informalidade, seja como assalariado ou como autônomo.

A reestruturação do capitalismo ao final do século XX contribuiu para o aumento da heterogeneidade ocupacional, gerando formas diversas de relações de trabalho, mesclando novos problemas e desafios à velha realidade. No centro dessa discussão encontram-se aqueles que trabalham por conta própria nas sociedades contemporâneas em uma infinidade de atividades. Essas ocupações podem ser mais tradicionais, associadas ao trabalho doméstico e ao comércio ambulante, ou mais modernas, ligadas à expansão do terciário na área de tecnologia de informação e comunicação.

As diferentes situações do trabalho entre o formal e o informal parecem revelar uma complexidade há muito já existente na realidade brasileira, mas agora com uma dimensão ampliada pelas mudanças do capitalismo mundial. Segundo Druck e Oliveira (2008, p.4), há um fato inteiramente novo no debate atual e não se trata de um esvaziamento do conceito de informalidade, mas de um deslocamento radical de seu estatuto, “pois o que antes representava uma situação transitória na estrutura do mercado de trabalho, agora se apresenta como uma situação permanente. O símbolo do atraso se converteu em sinônimo da modernidade.” Em outras palavras, pode-se afirmar que uma mudança no *status* do trabalho informal está em curso, tomado no novo contexto como modelo de flexibilidade, ou seja, de sobrevivência a qualquer custo e sob qualquer condição.

Boltanski e Chiapello (2009) revelam uma mudança do próprio espírito do capitalismo, uma vez que novas formas de produzir e trabalhar demandam novas formas de justificação por parte do sistema. A partir da década de 1980, um dos eixos principais da nova estratégia das empresas foi o grande crescimento da chamada flexibilidade, “que possibilitou transferir para os assalariados e também para subcontratados e outros prestadores de serviços o peso das incertezas do mercado.” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009. p.240). Nesse novo espírito do capitalismo está em curso uma mudança da relação com o dinheiro e com o

trabalho. A relação com o dinheiro passa a ser marcada por uma maior valorização do tempo, incluindo o tempo livre, que passa a ser dedicado, também, às atividades e contatos que possam ser mais lucrativas. Já a relação com o trabalho passa a ser marcada pela dificuldade de se distinguir entre vida privada e vida profissional. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Nas últimas décadas, um discurso enaltecendo o empreendedorismo e desqualificando o assalariamento vem ganhando espaço. Esse movimento mostra-se coerente com as tendências de desenvolvimento do novo espírito do capitalismo identificado por Boltanski e Chiapello (2009). No Brasil, de acordo com Barbosa (2007, p.28), nessa época, sobretudo entre 1990 e 2000, “as políticas de geração de renda e ocupação foram uma constante na agenda pública [...]” e mesmo que seu resultado prático tenha sido reduzido, o ideário se disseminou nas diversas esferas governamentais, bem como na mídia. A autora caracteriza como perspectiva voluntarista do trabalho esse discurso que exalta a liberdade e a independência do trabalho por conta própria e “alimenta a ilusão de ascensão e transferência de classe social.” (BARBOSA, 2007, p.28).

Costa, Barros e Martins (2012) ressaltam três pontos que marcam as principais implicações da atuação da mídia de negócios na criação e divulgação de uma ideologia do empreendedorismo. O “primeiro ponto refere-se à existência nos textos de um discurso que estabelece uma convergência entre os interesses das organizações e os interesses dos indivíduos que trabalham em organizações.” (COSTA; BARROS; MARTINS, 2012, p.370). O segundo ponto trata de reconfigurar a esfera do trabalho em capitalismo empreendedor, convertendo o trabalhador em capitalista, pretendendo, assim, conciliar capital e trabalho. De acordo com os autores, o “profissional contemporâneo passa a ser uma unidade econômica autônoma inserida em um contexto competitivo, sendo o [...] eu empreendedor [...] um atributo fundamental do indivíduo empregável, que precisa autogerir a carreira, deve ser empresário de si próprio e ver a si mesmo como se fosse um negócio”. (LEMOS e RODRIGUES, 2008, apud COSTA; BARROS; MARTINS, 2012, p.370). O terceiro ponto destacado pelos autores diz respeito à busca do sucesso profissional pela via do empreendedorismo, tendo como fim alcançar autonomia e controle sobre seu próprio destino.

Observa-se que o resgate dessa ideologia, no entanto, implica uma releitura do conceito de empreendedorismo, bem como sua expansão, uma vez que “o empreendedor deixa de ser figura rara: a doutrina neoliberal exige que todos se apresentem socialmente como empreendedores.” (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011, p.189). Por outro lado, pode-se dizer, de acordo com Lima (2010, p.161), que a valorização do trabalho autônomo empreendedor também reinterpreta o trabalho informal, pois enaltece seu “potencial criador vinculado à predisposição individual ao risco e à inovação.” Isso, contudo, não muda a precariedade inerente a essas atividades, uma vez que elas carecem de controles em relação à intensificação do trabalho e de acesso a benefícios sociais, apesar das diversas situações desses profissionais no mercado. (LIMA, 2010).

Rosenfield (2015) mostra as diferentes formas de inserção no mercado de trabalho por pessoas que optaram por trabalhar desse modo e não como empregado, bem como daquelas que foram levadas a essa situação por falta de escolha. A autora afirma que tais situações “podem significar formas virtuosas e criativas de inserção por meio do trabalho e também formas de flexibilização e precarização que se encontram não mais fora do mercado de trabalho, mas em seu interior.” (ROSENFELD, 2015, p.118).

Analisando esse fenômeno como um dos desdobramentos das mudanças ocorridas a partir da ruptura do fordismo e que marca a constituição de um novo indivíduo, Barbosa (2011) sintetiza as características básicas desse novo indivíduo. São elas: “1) desfiliação dos laços coletivos de pertencimento à classe social; 2) responsabilização por sua condição de empregabilidade; 3) capacidade de resiliência como fonte de renovação de suas energias ante aos reveses sofridos não apenas no mundo do trabalho.” (BARBOSA, 2011, p.137).

A crise econômica e política que o Brasil vem enfrentando na última década, sobretudo a partir das eleições de 2014, trouxe de volta um cenário de instabilidade e incerteza interrompendo o ciclo de desenvolvimento anterior. A análise apresentada no tópico seguinte visa contribuir para o delineamento desse novo cenário do mercado de trabalho brasileiro, tendo como foco central, o trabalhador por conta própria.

Os trabalhadores por conta própria na Região Metropolitana de Belo Horizonte

A Região Metropolitana de Belo Horizonte é a terceira maior do país abrangendo, atualmente, 34 municípios, alguns deles bem pequenos e com pouca importância econômica. A cidade de Contagem se destaca como extensão de Belo Horizonte, tendo em vista sua alta integração à dinâmica da capital. Outros municípios de grande importância econômica são Betim, Sete Lagoas, Santa Luzia e Nova Lima. O espaço econômico da RMBH mostra-se “bastante polarizado pela capital, municípios industriais ao oeste (Contagem e Betim) e os municípios com população de maior renda ao sul (Nova Lima, Brumadinho e Rio Acima) e ao norte (Confins e Lagoa Santa).” (SOARES, 2015, p.86).

A análise comparativa dos indicadores do mercado de trabalho da RMBH de 2014 em relação a 2002 apontou o aumento do emprego formal e queda em todos os grupos de trabalhadores informais, exceto no grupo dos trabalhadores por conta própria. Esse crescimento evidencia uma dinâmica intensa do mercado de trabalho no período no que diz respeito às atividades informais. Os dados da Tabela 1 permitem identificar as principais mudanças ocorridas na composição da ocupação nesse período. Nota-se que o processo de formalização é evidenciado pelo aumento no número de empregados com carteira de 46,6% para 54,5% e na queda de 16,7% para 11% dos empregados sem carteira. O número de trabalhadores não remunerados também caiu de 4,5% para 2,8%, mas o de trabalhadores por conta própria aumentou, passando de 17,5% para 19,2%.

O aumento entre os trabalhadores por conta própria chama a atenção também pelo fato de que, no período, a oferta de emprego foi crescente. Tal fenômeno instiga várias questões acerca os motivos que levaram esses trabalhadores a se inserirem no mercado de trabalho como autônomos. Vale destacar que entre os empregados com carteira, o maior aumento ocorreu entre as mulheres, cuja participação subiu de 38,6% para 44,8% nessa situação, enquanto entre os trabalhadores por conta própria os homens compõem a maioria, tendo aumentado a participação no período, de 59,6% para 61,6%.

TABELA 1 - Distribuição dos trabalhadores por posição na ocupação, segundo o sexo – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2002 e 2014 (%)

Sexo	Emprega do com carteira (1)	Emprega do sem carteira	Doméstico com carteira	Doméstico sem carteira	Conta própria	Empregador	Não remunerado (2)	TOTAL
2002								
Homens	61,4	64,6	12,1	8,2	59,6	69,9	34,7	56,0
Mulheres	38,6	35,4	87,9	91,8	40,4	30,1	65,3	44,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	46,6	16,7	3,9	5,5	17,5	5,2	4,5	100,0
Total (n)	973 963	348 718	81 275	115 390	366 140	109 583	94 339	2 089 408
2014								
Homens	55,2	54,9	14,0	8,1	61,6	68,9	39,0	53,1
Mulheres	44,8	45,1	86,0	91,9	38,4	31,1	61,0	46,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	54,5	11,0	3,1	4,7	19,2	4,6	2,8	100,0
Total (n)	1 517 205	305 493	87 455	130 980	533 285	129 354	79 319	2 783 091

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações do IBGE/PNAD – 2002 e 2014.

(1) Inclui militares e funcionários públicos estatutários.

(2) Inclui trabalhadores na produção para o próprio consumo, trabalhadores na construção para o próprio uso e demais trabalhadores não remunerados.

Observando os trabalhadores pelos grupos ocupacionais (Tabela 2), percebeu-se que, tanto em 2002 quanto em 2014, predominavam aqueles ligados às atividades da construção e do comércio, o primeiro composto somente de homens, tendo ocorrido grande aumento no período, de 22,6% para 32%. Outro grupo ocupacional que concentra grande parte dos homens é o de motorista em geral, ou seja, de taxi, aplicativo, vans ou outras formas particulares. Entre as mulheres, há maior concentração nas atividades de cabeleireira e esteticista (20,8%), trabalhadora no comércio (15,1%) e cozinheira (9,3%). Notou-se uma queda acentuada nas atividades da indústria têxtil, sobretudo entre as mulheres, que caiu de 19,6% em 2002 para 10,1%. As atividades como ambulante caíram pela metade, também com uma queda mais acentuada entre as mulheres.

TABELA 2 - Distribuição dos trabalhadores por conta própria por ano e sexo, segundo os grupos ocupacionais – Região Metropolitana de Belo Horizonte – 2002 e 2014 (%)

Grupos Ocupacionais	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens	Mulheres	TOTAL
	2002			2014		
Trabalhador na construção civil	22,6	0,2	13,6	32,0	0,0	19,7
Trabalhador no comércio	8,8	12,7	10,4	7,4	15,1	10,4
Cabeleireiro/esteticista	1,3	17,2	7,7	2,4	20,8	9,5
Motorista em geral	11,5	0,2	6,9	9,5	1,2	6,3
Cozinheiro/garçom	5,3	7,1	6,0	3,0	9,3	5,4
Trab. ind. têxtil/vestuário	1,3	19,6	8,7	0,6	10,1	4,3
Profissional liberal	4,8	4,2	4,6	4,5	4,2	4,3
Ambulante	6,5	12,5	8,9	4,1	4,2	4,1
Técnico	6,7	1,5	4,6	4,1	0,8	2,8

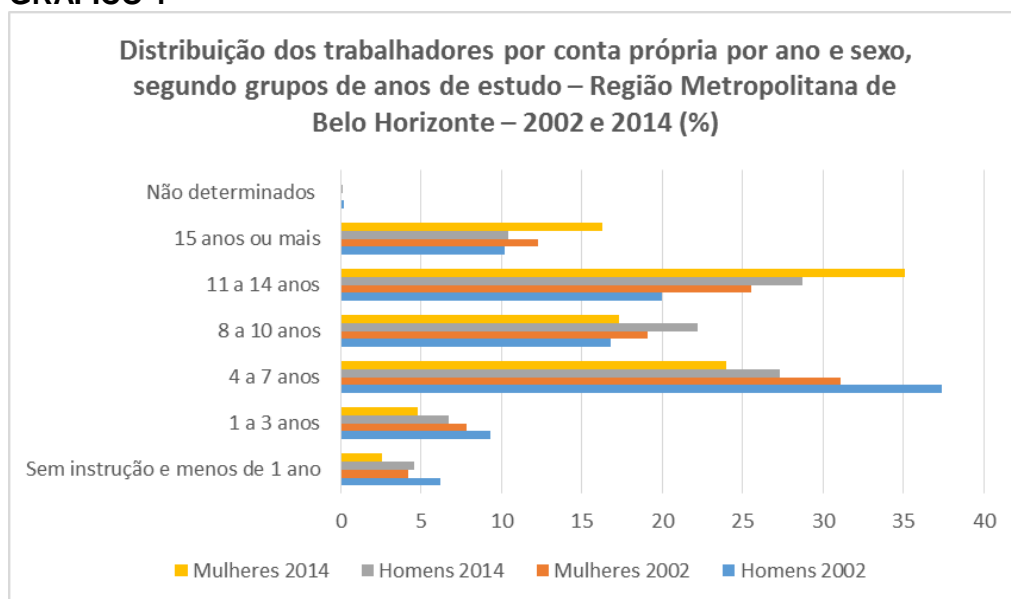
Comerciante domicílio, feira...	0,3	2,5	1,2	1,2	5,6	2,8
Trab. manutenção mecânica	2,5	0,0	1,5	4,0	0,0	2,4
Trab. transformação de metais	3,7	0,0	2,2	3,2	0,2	2,1
Professor	0,5	2,2	1,2	0,4	1,8	0,9
Trab. fabric. alimentos e bebidas	0,7	2,0	1,2	0,2	2,0	0,9
Lavador de carros/engraxate	3,0	0,0	1,8	1,2	0,4	0,9
Outras Atividades	20,5	18,1	19,5	22,2	24,4	22,9
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total n	218 092	148 048	366 140	328 279	205 006	533 285

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações do IBGE/PNAD – 2002 e 2014.

Outros dados relevantes da pesquisa dizem respeito à idade, escolaridade, rendimento e mudança de posição na ocupação. A maioria dos trabalhadores por conta própria tem idade acima de 30 anos: eram 80,5% em 2002 e 81,6% em 2014. Com isso, pode-se afirmar que a entrada de novos trabalhadores por conta própria no mercado no período não pode ser creditada aos mais jovens, mas aos demais trabalhadores que deixaram outras atividades na situação de empregados.

Houve um crescimento expressivo da escolaridade dos trabalhadores no período, sendo que entre as mulheres o aumento no número de anos de estudo foi maior, sobretudo nas faixas de 11 anos ou mais (Gráfico 1). O aumento da escolaridade das mulheres, contudo, não se refletiu no rendimento mensal, mantendo-se grandes diferenças entre os rendimentos de homens e mulheres. Em 2002 a maior parcela de homens ganhava entre meio e um salário mínimo (30,8%) enquanto a maioria das mulheres tinha rendimento de até meio salário mínimo (53,6%). Em 2014 a maior parcela dos homens encontra-se na faixa de mais de dois até três salários (24,9%) enquanto a maior parte das mulheres está na faixa de mais de um até dois salários (29,7%). Ambos, homens e mulheres, tiveram melhoria de rendimentos, mas as mulheres ascenderam menos, ainda que tenham obtido maior escolaridade no período.

GRÁFICO 1



Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações do IBGE/PNAD – 2002 e 2014.

Quanto à trajetória dos trabalhadores por conta própria, os dados da PNAD não fornecem muitas informações porque não há questões específicas para tal. Contudo, para quem tem menos de um ano na atividade atual, é possível saber se mudou de trabalho no último ano e qual posição ocupava nesse trabalho anterior. Esse montante representava 15,2% dos trabalhadores por conta própria na RMBH em 2002 e apenas 5,6% em 2014, o que mostra uma queda acentuada na movimentação nesse último ano. Em 2002, grande parte desses trabalhadores (81%) se deslocou na mesma posição de conta própria, enquanto em 2014 uma parte se deslocou nessa mesma posição (41,5%) e outra deixou de ser empregado com carteira para ser trabalhador por conta própria (41,3%). Comparados os números absolutos dos dois anos, percebe-se que mesmo com a redução dos deslocamentos em 2014, o aumento do número daqueles que deixaram o trabalho formal para o informal foi muito maior, passando de 5.108 para 12.432 pessoas. Esse número aponta para uma mudança significativa na dinâmica do mercado de trabalho no período, possivelmente em decorrência do aumento do desemprego.

As informações obtidas por meio das entrevistas confirmaram que o trabalho por conta própria é a única ocupação para a maioria dos entrevistados, pois somente dois citaram mais de uma atividade. Foi comum, no entanto, o relato de diversificação dentro da mesma atividade, como o músico que toca em uma banda e também leciona. É também o caso do *chef* de cozinha que atua como cozinheiro,

professor de culinária e consultor. Outra característica comum é a jornada longa, porém flexível, à qual todos se referem. É frequente nos relatos, o trabalho nos finais de semana ou até à noite, dependendo da necessidade. As férias são citadas como uma espécie de “luxo” que nem sempre eles podem ter. Nas palavras de uma terapeuta, “é uma atividade de, no mínimo, 12 horas por dia. Eu, autônoma, com 2 filhos, consigo me sustentar, mas tenho que trabalhar 12 horas por dia. Quer dizer, há 25 anos trabalhando 12 horas por dia. O Autônomo não tem férias.”

Sobre o início do negócio, nenhum dos entrevistados obteve financiamento junto a quaisquer órgãos ou empresas ou mesmo auxílio técnico para exercer sua atividade, exceto o motorista da van. Os demais relataram ter usado suas próprias economias ou ter contado com o auxílio da família. Além disso, quase todos os entrevistados disseram trabalhar sozinhos, ou seja, sem contar com sócios ou quaisquer ajudantes para a realização de suas atividades no dia a dia. Os profissionais em ocupações como as de costureira, pedreiro, serralheiro, marceneiro, sapateiro e confeitaria de bolos se mostraram mais solitários, pois a própria atividade envolve poucas relações externas. Já as atividades de *designer* de jogos, consultor, músico e *chefe* exigem o contato diário com uma rede de profissionais dentro de suas áreas implicando, em alguns casos, o estabelecimento de parcerias para realização de projetos. Contudo, para todos eles, em diferentes graus, os contatos se mostraram fundamentais para a manutenção de uma demanda que lhes garanta rendimento mensal almejado.

A maioria dos entrevistados alegou dificuldades em alguma época do ano devido à queda na demanda pelos produtos ou serviços oferecidos, além do fator “crise” que foi citado por todos. Para enfrentarem a sazonalidade ou os efeitos da crise, alguns citaram a necessidade de aumentar a jornada, ter maior disciplina e planejamento, além da diversificação ou diferenciação nos serviços.

Quando perguntados sobre a formalização de sua atividade, menos da metade dos entrevistados disse ter o Cadastro Nacional de Pessoa jurídica (CNPJ), apenas cinco são microempreendedores individuais. Portanto, a maioria trabalha de maneira muito informal e alega, principalmente, não ter necessidade de obter o CNPJ para a realização de suas atividades, e acrescentam que o processo envolve custos e burocracia. De acordo com os dados da PNAD, em 2014 somente 23,6% dos trabalhadores por conta própria da RMBH tinham registro no CNPJ. Como essa

pergunta não constava do questionário da PNAD do ano de 2002 não foi possível identificar se houve alterações. Outra questão que passou a integrar o questionário mais recentemente diz respeito ao cadastro no programa Microempreendedor Individual (MEI). Somente 10,9% dos trabalhadores por conta própria eram MEI em 2014, revelando a adesão relativamente baixa desse grupo ao programa de incentivo à formalização do governo federal.

Sobre as principais dificuldades que enfrentam no desenvolvimento de suas atividades, a resposta mais frequente foi a insegurança decorrente da instabilidade financeira. Em segundo lugar foi citada a falta de apoio, ou seja, o fato de terem de “se virar sozinhos”.

Eu acho que a grande questão é a financeira. Você manter um nível de vida enfrentando as crises é muito difícil. Acho que a grande dificuldade em ser um profissional liberal é a questão financeira. Você tem que ter um estofo para dar conta de administrar as instabilidades. [...] (Fisioterapeuta)

Acho que tem essa dificuldade de você se virar sozinho. Sempre que a gente fala, as pessoas alegam que quem é empregado também pode perder o emprego, a firma pode acabar, mas ainda assim vai ter um acerto, vai ter ainda alguém para você se queixar “poxa, acabou, que pena!”, tem algum tipo de proteção. Aqui não, se der uma mancada, é você mesmo que tem que arcar. Tem que fazer empréstimo, pagar sua conta, exige da gente mais atenção, o que é bom para mim como ser, para o meu desenvolvimento pessoal, mas tem esse outro lado, de não ter um apoio. (Terapeuta)

Outros obstáculos citados pelos entrevistados com frequência foram a “concorrência desleal”, as dificuldades de administrar o negócio e as dificuldades iniciais relacionadas, principalmente, à inexperiência na atividade e ao tempo necessário para se desenvolver uma carteira de clientes e se fazer conhecido no mercado. Quanto à concorrência, os entrevistados alegaram problemas relacionados à oferta de produtos e serviços mais baratos, segundo eles, sem a mesma qualidade, e à informalidade, ou seja, aqueles que são formais e pagam impostos se mostram insatisfeitos com aqueles que trabalham sem CNPJ, não pagam impostos e puxam os preços para baixo. Quanto às dificuldades de administrar o próprio negócio, são muitos os fatores que aparecem sendo os mais frequentes relacionados à falta de planejamento financeiro e ao acúmulo de atividades.

Outra dificuldade é que você tem que lidar com todo mundo. Você atende o cliente... Você presta um serviço, mas você também é o atendimento, então é muito mais

cansativo. Eu tenho que manter o grupo, eu tenho que conversar com as pessoas. Não posso simplesmente dar minha aula. (Fotógrafo e professor)

Os relatos dos entrevistados quanto à inserção no mercado de trabalho em atividades por conta própria apontam trajetórias bem distintas umas das outras. Indagados sobre os motivos que os levaram a trabalhar por conta própria, foram citados com mais frequência o desemprego, a possibilidade de obter maior rendimento, a busca por autonomia e liberdade e a oportunidade de se desenvolver profissionalmente.

Eu preferia trabalhar fichado, mas pelo estado que tá o mercado, tenho que trabalhar por conta própria para ver se ganho alguma coisa mais. [...] Preferia estar empregado porque tem mais segurança. (Pedreiro)

É bom [trabalhar por conta própria], mas o bom de você trabalhar com carteira assinada é que é emprego, você tem décimo terceiro, uma segurança a mais. Trabalhar aqui tá sendo bom, mas eu tenho vontade de voltar a trabalhar fichado e deixar a Silvana aqui trabalhando com outra pessoa. (Proprietário de *food truck*)

Outro motivo, mais específico, alegado pelos entrevistados, diz respeito às exigências da própria atividade, como nos casos dos profissionais especializados, ou seja, terapeuta, fisioterapeuta, músico e fotógrafo.

Em música não tem opção. 95% dos músicos são autônomos, 5% são empregados de carteira assinada, é muito raro, é mais em hotel, navios de cruzeiro [...] antigamente tinha muito [emprego] em rádio, televisão também, tinham a própria orquestra [...]. Depois que veio a tecnologia, tudo é teclado, é um ou dois caras só que fazem as trilhas sonoras, não tem mais aquela orquestra e tudo. E hoje, quando você faz, não tem mais aquele vínculo empregatício, você recebe como *free lancer* [...] (Músico)

A maioria das mulheres entrevistadas alegou a necessidade de cuidar diretamente dos filhos como o impulso inicial para começar a trabalhar por conta própria. Elas também ressaltaram as dificuldades de retornarem ao mercado de trabalho após a maternidade, seja pela perda de contatos, seja pela dificuldade quanto aos cuidados com os filhos pequenos ou, ainda, pela escassez de postos de trabalho.

Quando questionados sobre a possibilidade de trabalhar com carteira assinada, alguns entrevistados disseram que gostariam e alegaram, sobretudo, a estabilidade financeira e garantia de direitos. Contudo, a maioria dos entrevistados afirmou a preferência por trabalhar de forma autônoma, mesmo reconhecendo as

desvantagens em relação ao emprego no que diz respeito à maior estabilidade financeira e garantia de direitos. Por outro lado, os principais motivos alegados pela preferência em trabalhar por conta própria são a autonomia, a flexibilidade e o fato de terem constatado que não gostam da posição de empregado. Vale acrescentar que a possibilidade de maior ganho financeiro e a busca por auto realização também foram citados, com frequência, pelos entrevistados.

Você trabalhar por conta própria... Você tem que correr atrás senão você não tem rendimento no final do mês. E você trabalhando como empregado é uma coisa certa, você vai ter ali todo mês, mas uma tese que eu tenho comigo: existe o prego e o martelo, você quando trabalha por conta própria é o martelo e quando trabalha como empregado você é o prego, então você tem que ouvir, você toma martelada, tem que seguir a ordem da empresa... Então por isso eu optei por trabalhar por conta própria, eu quis ser o martelo. (Motorista de van)

Buscando identificar a relação do trabalhador por conta própria com a sua atividade, questionou-se, também, sobre suas perspectivas para o futuro. A maior ocorrência foi o plano de continuar trabalhando na atividade, acompanhado da intenção de ampliar o negócio e em terceiro lugar a intenção de investir em outro negócio. Desse modo, grande parte dos entrevistados se mostrou satisfeita com suas atividades e pretende ampliá-las. Ainda que tais intenções não cheguem a se concretizar, nota-se a característica típica de um empreendedor em relação ao risco, tanto na perspectiva de ampliação do negócio quanto na de investimento em outra atividade, citados por alguns que não estão satisfeitos com os resultados de seu negócio.

Quanto à percepção que o trabalhador por conta própria tem de si mesmo no mercado de trabalho, foi perguntado se eles se consideravam empreendedores. A maioria afirmou que sim, mas alguns se mostraram inseguros, principalmente em relação ao conceito de empreendedor e suas características.

Eu me considero empreendedor. Eu acho que o perfil do empreendedor é não ser uma pessoa pessimista. Mesmo com a situação ruim você tem que ser otimista para não ocupar a cabeça com preocupações desnecessárias, com o que tá ruim, com o que tá difícil... Não adianta. Eu acho que o empreendedor é na hora que a corda aperta mesmo, a gente corre e vai atrás, a gente busca inovar em algum produto, busca problemas que a gente pode resolver. Na crise é a hora que a gente começa a ver que tem que ralar mesmo, suar e esquecer o que tem de problema, correr atrás do que realmente vai dar uma diferença. Então eu me considero um empreendedor. (Desenvolvedor de *software*)

Poucos entrevistados disseram não se considerarem empreendedores, respostas que correspondem aos trabalhadores que gostariam de voltar a trabalhar como empregados, exceto o dono do *food truck* que disse querer voltar a trabalhar como empregado porque o negócio que abriu não é sua área de atuação, mas se considera empreendedor pelo que conseguiu realizar. Segundo ele, não pretende fechar o negócio, caso consiga voltar a ser empregado, mas apenas deixa-lo sob a responsabilidade da esposa que gosta mais da atividade.

De modo geral, pode-se perceber em todos os depoimentos uma visão positiva do empreendedorismo e das habilidades empreendedoras, mesmo entre aqueles que admitem não tê-las. Reforçando essa visão, notou-se uma percepção negativa, entre eles, da situação de estar empregado e trabalhar para alguém e, principalmente, ter um chefe, ainda que todos os entrevistados tenham destacado as dificuldades de ter seu próprio negócio.

Considerações Finais

A análise apontou mudanças significativas no perfil dos trabalhadores por conta própria na Região Metropolitana de Belo Horizonte, como a elevação da idade, escolaridade e renda, mas também a manutenção das desigualdades de gênero. A escolaridade dos trabalhadores por conta própria aumentou no período, especialmente entre as mulheres, mas esse resultado não se refletiu em seu rendimento mensal na mesma proporção e as diferenças dos rendimentos entre homens e mulheres continuam bem marcadas. Chama a atenção o fato de que em 2014 um grande número de trabalhadores se deslocou do emprego formal para alguma atividade por conta própria evidenciando a pressão da crise econômica e do desemprego sobre o crescimento desse grupo.

As trajetórias dos entrevistados se mostraram muito distintas, mas quanto aos motivos que os levaram a trabalhar por conta própria, os mais citados foram o desemprego, a possibilidade de obter maior rendimento, busca por autonomia e liberdade, oportunidade de se desenvolver profissionalmente. Entre as mulheres a necessidade de cuidar dos filhos pequenos também se mostrou relevante, deixando evidente uma dificuldade a mais que a trabalhadora tem, uma vez que a

responsabilidade de cuidar dos filhos é delegada, quase inteiramente às mulheres. Não se registrou nenhuma menção aos filhos nos relatos dos homens entrevistados.

Embora reconheçam as vantagens de trabalhar como empregado, a maioria dos entrevistados afirmou preferência por trabalhar como conta própria, seja por não gostar de ter um chefe ou uma rotina de empresa, seja pela oportunidade de maior ganho financeiro e de realização profissional e pessoal. Além disso, grande parte se percebe como empreendedor, ainda que seus ganhos sejam baixos, suas atividades pouco desenvolvidas no mercado e se sinta vulnerável em muitos momentos. Portanto, os relatos dos trabalhadores por conta própria revelaram uma grande adesão desses ao ideário do empreendedorismo, independentemente de sua situação no mercado de trabalho. As falas confirmam a predominância de trajetórias difíceis, marcadas pela instabilidade, certo isolamento e, sobretudo, pela incerteza quanto ao futuro, mas, mesmo assim, o discurso aponta pela preferência dessa condição à de trabalhador assalariado. Identificou-se que a necessidade muitas vezes está aliada à vontade de arriscar ou de se libertar de um emprego frustrante, de baixa remuneração ou mesmo de um chefe ruim. A necessidade apareceu como o impulso inicial para muitos se tornarem trabalhadores por conta própria, mas eles não a confirmam como o motivo absoluto da permanência nessa posição. Contudo, foi possível perceber que o trabalhador por conta própria não apenas trabalha muito para conseguir se sustentar e se manter no mercado de trabalho, mas também expressa uma grande expectativa em relação a si mesmo na esperança de ser bem sucedido como empreendedor.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Attila M. e S. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v.19, nº 38, fev. 2011.

BARBOSA, Rosângela N. de C. *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2007.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 7ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COSTA, Alessandra M. da; BARROS, Denise F.; CARVALHO, José L. F. A Dimensão Histórica dos Discursos acerca do Empreendedor e do Empreendedorismo. *RAC*, Curitiba, v. 15, n. 2, Mar./Abr. 2011.

COSTA, Alessandra M. da; BARROS, Denise F.; MARTINS, Paulo E. M. A alavanca que move o mundo: o discurso da mídia de negócios sobre o capitalismo empreendedor. *Cadernos EBAPE*, v. 10, nº 2, Jun. 2012.

DRUCK, G., OLIVEIRA, L. P. A condição “provisória permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador. *Revista VeraCidade*, ano 3, n.3, maio de 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2000*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD) 2002*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2002/default.shtm>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD) 2014*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/default.shtm>

LIMA, J. C. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias*, Ano 12, N. 25, set./dez. 2010.

ROSENFELD, Cinara L. Autoempreendedorismo: forma emergente de inserção social pelo trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.30, nº89, out. 2015.

SOARES, Thiago L. *Indicador de desenvolvimento municipal (2000-2010): atlas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) – MG*. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial, 2015.